

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

## EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL EM ADMINISTRAÇÃO: RUMO À UMA CONCEPÇÃO DE AGENDA

Márcio M. Abdalla<sup>1</sup>  
Alexandre Faria<sup>2</sup>

### Resumo

Baseado no atual quadro de disfuncionalidade geo-epistêmica no campo de administração, caracterizada pela contínua imposição do conhecimento euro-norte-americano como universal e a correspondente subalternização de saberes pluriversais, problematizamos neste artigo a necessidade de engajamento com epistemologias alternativas a esse quadro de disfuncionalidade. Sugerimos alternativas para a co-construção de uma agenda que promova conhecimentos e práticas informadas pela opção decolonial, pelo pensamento fronteiriço e pela transmodernidade pluriversal, como alternativa à adoção e replicação de conhecimento importados do (e impostos pelo) *Norte Global*. Com o propósito de legitimar a proposição, apresentamos potenciais contribuições da opção decolonial no campo de administração. Também discutimos os possíveis desafios a serem enfrentados por acadêmicos e praticantes no processo de engajamento com a opção decolonial. Nas considerações finais, vislumbramos os benefícios e as contribuições do engajamento com a opção decolonial, dentre os quais podemos destacar: (i) benefícios acadêmicos, por meio do processo de concepção de conhecimento alinhado ao *locus* de atuação, e pela promoção da identidade acadêmica e autoral brasileira e latino-americana; (ii) benefícios educacionais, especialmente pela possibilidade de promover e disseminar conhecimentos mais alinhados às realidades locais; e (iii) benefícios sociais, sobretudo pela possibilidade de concepção de saberes engajados com a resolução de problemas reais, dos mais diversos atores, e não apenas com os interesses de cúpulas corporativas.

Palavras-chave: Opção Decolonial. Transmodernidade Pluriversal. Epistemologia. Geopolítica. Conhecimento.

### 1. Introdução

O ano de 1492 estabeleceu um marco – a ‘*descoberta da América*’ – que viria a definir o início da modernidade eurocêntrica e moldaria a história de duas regiões: de um lado, a Europa, que a partir de então se posicionaria como centro do mundo e da história, mediante o processo de colonização da América por meio do estabelecimento de uma hierarquia em termos econômicos, raciais e epistêmicos (PORTO-GONÇALVES, 2000); e do outro lado, a própria América e suas muitas civilizações, que a partir de então seria subordinada a uma nova

---

<sup>1</sup> marciomabdalla@gmail.com.

<sup>2</sup> alex.faria@fgv.br.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

realidade: i.e., a perspectiva da dominação, que a colocaria como subalterna e colonizada em relação à Europa, inicialmente, e ao bloco imperial euro-norte-americano, a posteriori, especialmente no que se refere à colonialidade do conhecimento, do poder e do ser (QUIJANO, 1993).

O tempo passou e as relações jurídicas e de ‘soberania’ mudaram, fazendo com que a ideia de relações coloniais soasse como coisa do passado, já que vivemos em um mundo pós-colonial aparentemente descolonizado (GROSFUGUEL, 2012). O colonialismo imposto a povos e civilização da região que foi denominada como África pelos colonizadores se foi parcialmente, mas a colonialidade, sob a forma de uma contraface negada pela própria modernidade sobrevive (PORTO-GONÇALVES, 2012), impondo a visão ocidentalista e sua matriz cultural por meio de um conjunto de saberes universais [*sic*], que ajudam a suplantar e subalternizar os demais saberes co-construídos por diversidades de ‘conhecedores’ no resto do mundo (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Os mais de cinco séculos de dominação do Eurocentrismo em relação ao *resto do mundo* conceberam um problemático quadro de subalternidade epistêmica, fazendo com que o saber eurocêntrico se transformasse em verdade sob uma perspectiva totalitária cuja violência desafia qualquer proposta de racionalidade. Particularmente no campo de administração, a emergência do imperialismo estadunidense pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo após a detonação das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, ajudou mover o eixo da supremacia epistêmica da Europa para os Estados Unidos (ABDALLA, 2014). O quadro de hegemonia epistêmica na área foi intensamente reforçado no período da Guerra Fria, especialmente pelos processos de educação civilizatória em gestão, impostos com o propósito de manutenção da ordem dominante, do *status quo*, e da onda de longa duração (ARRIGHI, 2012 [1944]; ALCADIPANI; BERTERO, 2012; FARIA; ABDALLA, 2014). O vasto arsenal de conhecimentos *made in USA*, em detrimento de ‘*sub-conhecimentos*’ produzidos na periferia do mundo, passou a ser intensamente replicado e tido como único caminho possível, apesar de acompanhado de muitas evidências que contrariavam suas promessas e princípios e fortemente desalinhado das múltiplas realidades presentes nos diversos *loci* de conhecimento do *Sul Global*.

O projeto de dominação estadunidense ampliou seu protagonismo no contexto pós Guerra Fria, quando o ‘*mundo moderno*’ abandonou a bipolaridade hegemônica para se subordinar a uma única superpotência (ARRIGHI, 2012[1944]; HUNTINGTON, 1999) ao mesmo tempo em que os discursos neoliberais e a ciência da globalização anunciavam que essa suposta nova era representava o apogeu do liberalismo eurocêntrico (que passava a ser liderado pelos EUA). Esse movimento refletiu (e continua refletindo) no processo de produção e imposição de conhecimentos em gestão, como forma de assegurar e estabelecer um modelo universal de gestão que reflita o processo de gestão da ordem mundial pela hiper-potência. A emergência do mundo unipolar foi acompanhada pela imposição de uma retórica que falaciosamente permitiu e legitimou a dominância da literatura estadunidense em gestão/administração, reforçada pelo surgimento (ou fabricação) de *gurus* estadunidenses, detentores de modelos, métodos e soluções para qualquer problema organizacional e em qualquer canto do mundo [*sic*], e garantida pela rápida ‘*globalização*’ de instituições estadunidenses de gestão em escala global.

O quadro correspondente de disfuncionalidade epistêmica em administração/gestão tem como uma das características a virtual subalternização da identidade latino-americana em termos de produção, difusão e intercâmbio de conhecimentos (IBARRA-COLADO, 2006). Por

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

sua vez, a violenta combinação da modernidade eurocêntrica e do americanismo no contexto neoliberal unipolar criou condições para a emergência ou ressurgência de epistemologias que não negligenciem a racionalidade subalternizada daqueles que vêm sendo excluídos, vitimados e *invisibilizados* por esse processo histórico-geopolítico que se expandiu em escala global (DUSSEL, 2005). As condições extremas de colonialidade do conhecimento foram acompanhadas pela emergência da *decolonialidade* como opção epistêmica e ontológica na América Latina e em outros cantos do mundo. Nesses termos, o objetivo desse ensaio é problematizar tanto o quadro de disfuncionalidade geo-epistêmica em gestão-administração, trazido pelo advento da colonialidade global, quanto os processos geo-epistêmicos, gerados pela ascensão da decolonialidade, também em escala global (ESCOBAR, 2004). A partir dessa problematização, procuramos propor sugestões para a co-construção de uma agenda em gestão-administração que vise a promover e alavancar conhecimentos e práticas informados pela opção decolonial. Cabe elucidar que a proposição da agenda alinha-se e engaja-se à perspectiva de *transmodernidade* pluriversal proposta por Dussel (2005) que, dentre outras propostas, visa à promoção do pensamento fronteiriço de processos de auto-afirmação e de diálogos críticos entre as possíveis '*modernidades*' que levem a um mundo em que diversos mundos possam coexistir. Em outras palavras, procuramos abraçar não apenas teorizações do Sul, mas também do Norte, em especial aqueles que em grande parte foram contidas por processos de colonialidade interna (DOMINGUES, 2002; MIGNOLO, 2010; 2011; GARCÍA, 2011; WANDERLEY; FARIA, 2012). Por meio dessa proposição de co-construção de agenda na (e a partir da) América Latina, tentamos evitar cometer o mesmo problema de segregação, colonialidade e estabelecimento de fronteiras ou dicotomias que vêm sendo desafiado pela opção decolonial.

Para melhor compreensão da proposta, este ensaio teórico está dividido em mais quatro partes além dessa introdução. No tópico seguinte, problematizamos o processo de concepção do conhecimento em administração, por meio do debate em torno do arcabouço epistemológico dominante no campo. No terceiro apresentamos as potenciais contribuições da opção decolonial no campo de administração/gestão, como alternativa ao atual quadro de disfuncionalidade epistêmica e informada pelo avanço da descolonialidade em escala global em décadas recentes. No quarto tópico discutimos alguns desafios geoepistêmicos para o engajamento com a opção decolonial e sugerimos questões a serem privilegiadas na co-construção de uma agenda de pesquisas e ensino engajada com as dinâmicas da decolonialidade. No último tópico apresentamos as considerações finais.

## **2. Problematizando o Conhecimento em Administração/Gestão**

O processo de tomada de consciência sobre mecanismos e estruturas de dominação na produção de conhecimento em administração/gestão vem acompanhando o que se observa em outros campos de conhecimento, em especial no que diz respeito às ciências sociais (OLIVEIRA; ERAS, 2011). Os diferentes mecanismos e estruturas de dominação que vêm sendo reconhecidos e tratados academicamente por número crescente de pesquisadores ajuda a explicar o tanto o eurocentrismo pós-9/11 comandado pelos EUA nas epistemologias empregadas no Brasil e outros países da América Latina, quanto o advento da opção descolonial. De acordo com Mignolo (2014), o campo de ciências sociais nada mais é que um

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

dos mais importantes componentes do processo de longa duração da ocidentalização do mundo, vez que o mesmo emerge na Europa iluminista a partir da lógica de expansão imperial do ocidente inaugurada com a conquista/descoberta da América no final do século XV. Em outras palavras, tomar o campo de ciências sociais como referencial epistêmico único e ‘*universal*’ significa reproduzir ou reforçar violências da colonialidade – do conhecimento, do poder e do ser (QUIJANO, 1993) – que são partes constitutivas e inseparáveis da modernidade eurocêntrica.

Não é difícil visualizar o quadro de dependência epistêmica eurocêntrica que foi apontado por Walter Mignolo após verificar que a quase totalidade de trabalhos sobre a temática refere-se ao positivismo como primeira corrente de pensamento sistematizada e reconhecida como epistemologia (COSTA, 2005; GIANNOTTI, 2007; OLIVEIRA; COSTA; KOVACS, 2011). Diversas outras correntes epistemológicas surgiram posteriormente ao positivismo sem, no entanto, levar em conta a geopolítica do conhecimento; estas atacaram intensamente as fragilidades do positivismo, dentre as quais o desejo de apropriar métodos empregados nas ciências físicas e naturais e empregá-los nas ciências sociais (SANTOS, 2004; ABDALLA; BRITO, 2011). Esse problema epistêmico direcionou filósofos às compreensões da realidade social, fundadas em verdades monolíticas e indissolúveis. Em função de problemas como o apontado, diversos autores passaram a se valer de críticas indiscriminadas à epistemologia, fazendo com que o termo ‘*positivismo*’ se tornasse uma expressão pejorativa (GIDDENS, 1998). Embora as muitas *novas epistemologias* preocupem-se em desafiar a perspectiva positivista, à exceção da decolonialidade e da transmodernidade, não se constata movimento que desafie a manutenção da lógica eurocêntrica nos mecanismos de produção, difusão e classificação de conhecimento.

Apesar das intensas críticas ao positivismo, diversas pesquisas vêm demonstrando que sua adoção ainda é dominante no campo de administração/gestão, tanto no Brasil quanto no exterior. O ilusório caráter de cientificidade propiciado pela perspectiva epistêmica leva praticantes e a sociedade a confiarem mais em métodos positivistas, especialmente em função da retórica produzida pela suposta *precisão* e *robustez* presentes em números, índices e modelos estatísticos multivariados, comumente empregados *à la carte* por pesquisadores e instituições renomadas. A falaciosa crença também parece convencer acadêmicos e editores de *top journals*, já que pesquisas vem demonstrando ampla frequência de publicações com orientação positivista nesses periódicos (DALMORO; CORSO; FALLER; WITTMANN, 2007; GRIMMER; HANSON, 2007; BUELENS; WOESTYNE; MESTDAGH; BOUCKENOOGHE, 2008). O quadro de disfuncionalidade epistêmica, ou ‘*epistemicídio*’, à luz de Boaventura Sousa Santos (SANTOS; MENESES, 2010), é endossado pelos *gurus da administração*, supostos detentores de ferramentas e modelos capazes de resolver toda a sorte de problemas organizacionais, independentemente de sua origem e contexto, e garantidos por um processo de intensa “globalização” de instituições de gestão/administração controlados ou comandados pelos EUA. À vista disso, é válido destacar o *Projeto Neoliberal* e o *Consenso de Washington* como duas vertentes preponderantes no processo padronizador (e unificador) de conhecimento, favorecendo a imposição da ordem hegemônica ocidental comandada pelos EUA e a imposição da colonialidade do conhecimento. Esse quadro ajuda a explicar o amplo esforço de separação absoluta entre conhecimento científico (único reconhecido como válido e legítimo), e outras formas marginalizadas de saberes como o senso comum, além dos estudos humanísticos e filosóficos (SANTOS, 2004).

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

A intenção de pesquisadores, praticantes, editores de periódicos e acadêmicos de um modo geral, de atribuir critérios crescentes de cientificidade nas pesquisas, associado ao forte viés colonialista euro-norte-americano, vem fomentando a concepção e produção de pesquisas que objetivam (re)produzir generalizações no campo, tal qual as *ciências naturais*. A tentativa de impor uma teorização única e generalista para problemas dos diversos tipos de contextos existentes pelo mundo, tal qual o Consenso de Washington tentou fazer e o pós-Consenso de Washington continua fazendo é, de certo, muito mais um processo político/imperial (FLIGSTEIN, 2001; EVANS, 2004; MIGNOLO, 2010; GROSGOUEL, 2008a; 2012) do que propriamente a tentativa de estabelecer um desenvolvimento científico purista, isento e apolítico em escala global sob uma perspectiva cosmopolita. Ademais, e especialmente os eventos de 11 de setembro de 2001, a compreensão de fenômenos complexos por uma via universal e unipolar mascara as realidades e impede que conhecimentos pluriversais (WANDERLEY; FARIA, 2012; GROSGOUEL, 2012), mais alinhados à realidade de uma crescente população de ‘despossuídos’, ‘excluídos’ ou ‘expulsos’, possam emergir e, de fato, contribuir com avanços não apenas para a academia, mas também (e sobretudo) para a sociedade. Alguns pesquisadores do Norte que desenvolveram ao longo de suas trajetórias de vida ou acadêmica as capacidades do pensamento fronteiriço e da transmodernidade pluriversal estão reconhecendo que a sobreposição cultural não melhora o desempenho de países colonizados e se revela muito mais como problema que propriamente solução (e.g. EVANS, 2004).

Ora, como buscar generalizações em pesquisas em que a *variável ‘contexto’* muda dramaticamente em cada *locus* de conhecimento? Compreender e refletir sobre questões tipicamente inerentes a um determinado contexto geopolítico de conhecimento parece ser de central importância para subsidiar o processo de compreensão e de tomada de decisão em administração (JACK et al., 2012), sobretudo alinhada às questões sociais e geopolíticas, sem no entanto ser paroquial, já que a ideia de estabelecer fronteiras não é compatível com a proposta transmoderna de Dussel (2005). Candler, Azevêdo e Albernaz (2010) apontam que o paroquialismo epistêmico provoca, dentre outros problemas, um forte viés nas pesquisas, já que autores buscam citações que legitimem seus trabalhos dentro de um espaço geográfico limitado.

O caráter de nacionalismo em pesquisas pode ser perigoso. Grosfoguel (2008b, p.137), alerta para a reprodução da imposição colonial eurocêntrica por meio do nacionalismo, que “[...] *reproduz uma colonialidade interna de poder dentro de cada Estado nação e reifica o Estado-nação enquanto lugar privilegiado de mudança social.*” É preciso, portanto, estabelecer relações críticas e dialógicas entre a produção de conhecimento nacional e a importação crítica e geopolitizada de conhecimento trilhando, por meio da transmodernidade e do pensamento fronteiriço (numa referência ao *border thinking* de Walter Mignolo), um caminho de construção de conhecimento que não negligencie seu respectivo *locus de enunciação*. Em outras palavras, é urgente e necessário romper com as fortes amarras epistêmicas que impedem, senão em muito dificultam, que o latino americano e, mais especificamente, que o brasileiro, possa compreender o mundo, a partir de seu próprio mundo, e não pelo prisma euro-norte-americano.

Extrapolando a ainda dominante perspectiva positivista no campo de administração, é importante analisar e compreender o papel de outras vertentes epistêmicas no campo e seus respectivos vieses eurocêntricos. À vista disso, é válido destacar a perspectiva epistêmica pós-moderna, que surgiu como aparente alternativa aos argumentos da modernidade, desafiando frontalmente o paradigma singular do positivismo, por meio de teorizações mais plurais (mas

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

não pluriversais!). No entanto, a perspectiva mantém e reproduz o caráter eurocêntrico de dominação epistêmica. Segundo Grosfoguel (2008a), a perspectiva pós-moderna nada mais é que uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo e, por conseguinte, reproduz todos os problemas da modernidade e da colonialidade, visto que modernidade e colonialidade são constituintes e inseparáveis do mesmo fenômeno. A proposta transmoderna elaborada mais recentemente por Dussel (2005) avança nesse sentido, posicionando-se como uma teorização decolonial de dimensões libertadoras, agregando como principal característica a possibilidade de diálogos críticos (não eurocêntricos) entre as diferentes '*modernidades*' que constituem o mundo em que diversos mundos possam coexistir, por meio do conceito de '*trans*'. Já a ideia de pós-modernidade impede tais diálogos, visto que se contrapõe ao conceito de modernidade por meio da linearidade cronológica eurocêntrica, que obstrui reconsiderações e discussões enunciadas nas periferias, criadas pela diferença colonial (BRAGATO; CASTILHO, 2012).

Analogamente, vale evidenciar que a ideia de emancipação, como ato de tornar-se livre em relação a obstruções específicas, não se adequa à problemática geoeπισtêmica enunciada pela opção decolonial, por estar fundamentalmente voltada à liberdade do homem operário europeu, endossado por dimensões eurocêntricas do marxismo (SOUZA, 2012), que exclui outras classes e categorias, sobretudo, de outras regiões geográficas, especialmente àquelas subalternizadas, também excluindo e subalternizado outros modelos de '*sociedade*' (e de socialismo), que não a europeia. Para Dussel (2005), a ideia de emancipação, como conceito originado na Escola de Frankfurt, está atrelada ao iluminismo e à modernidade europeia; embora aponte para fora dessa circunscrição, não consegue se livrar da mesma, tornando-se assim uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo (sem dúvidas, importante!). A filosofia da libertação de Dussel parte então de uma perspectiva latino-americana, muito embora não se circunscreva a ela, especialmente por considerar mais recentemente que problemas da diferença colonial, que ainda vitimiza a América Latina, avançaram em escala global em décadas recentes. A filosofia da libertação enunciada por Dussel, que tem como base o trabalho de filósofos europeus (em especial Levinas), defende a transmodernidade pluriversal, em substituição ao universalismo imposto pelo eurocentrismo. Trata-se então de uma filosofia fronteiriça, que remete a um processo de libertação política, econômica e epistêmica, opondo-se fortemente aos pressupostos eurocêntricos de exclusão e dominação.

É válido destacar que em administração, a colonialidade do saber é evidente, e reforça o projeto de dominação euro-norte-americano, sobretudo pela lógica praticada, em que os *rankings* acadêmicos e seus respectivos critérios de criação são definidos por pesquisadores de regiões hegemônicas. Ademais, os *top journals* e seus respectivos corpos editoriais são radicados nessas regiões geográficas, e apresentam em geral, predileção por assuntos relativos aos problemas delas próprias, vez que os diálogos entre Sul e Norte ocorrem em uma via de mão única - do Sul para o Norte, mas não no sentido oposto (GROSFOGUEL, 2012). O quadro de colonialidade reflete numa extraordinária assimetria no processo de produção de conhecimento no mundo (MURPHY; ZHU, 2012).

Importantes alternativas a essa realidade de dominação decorrem do engajamento de pesquisadores e praticantes do *Sul*, a partir de perspectivas de pensamento e de problemas inerentes ao próprio *Sul* que, ao contrário das correntes do *Norte*, que segregam, limitam e impõem conhecimento, optam pelo pensamento de fronteira (MIGNOLO 2008; 2010; 2011) e por diálogos capazes de fomentar um caminho de libertação epistêmica (DUSSEL, 2005). Os olhares de Walter Mignolo, por meio da *perspectiva decolonial*; e de Enrique Dussel, por meio

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

da *transmodernidade*, bem como a contribuição de diversos outros teóricos engajados com a construção fronteiriça de conhecimento, embora ainda pouco difundidos no Brasil, sobretudo em Administração/Gestão, devem ser muito bem recebidos, por serem extremamente adequados ao tratamento de inúmeras questões carentes de perspectivas ‘*outras*’, que analisem e dialoguem com os problemas do *Sul*, baseado em perspectivas do próprio *Sul*. À vista disso, é prudente e relevante recordar os argumentos de Segrera (2000), de que é possível e viável desenvolver ciências (sociais) não eurocêntricas na América Latina. O autor enumera diversas contribuições importantes que surgiram na América Latina, no entanto, figuram marginalmente na literatura hegemônica colonialista, sobretudo por sua fronteira entre genealogias locais de pensamentos (por vezes ‘*não científicos*’) e ciências sociais (MIGNOLO, 2014). Dentre as muitas contribuições enumeradas pelo autor, vale destacar a *Teoria da Dependência* de Theotônio dos Santos; a *Colonialidade do Poder* de Aníbal Quijano; a *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire; a *Teologia da Libertação* de Leonardo e Clodovil Boff; a *Colonialidade Interna* de Pablo González Casanova; o conceito de *Border Thinking* de Walter D. Mignolo; a *Filosofia Da Libertação* e a *Crítica Não-Eurocêntrica do Eurocentrismo* de Enrique Dussel; além de muitas outras teses, teorias e formas de conceber conhecimento fronteiriço, a partir do Sul global, sem que no entanto desconsidere o outro lado da fronteira. Ballestrin (2013) evidencia quão reveladores são os rótulos de *pensamento* atribuídos aos esforços de teorização advindos do Brasil e da América Latina, ao invés de *teoria* social e geopolítica. Procuramos, no próximo tópico, aprofundar as discussões sobre a opção decolonial e suas potenciais contribuições à produção de conhecimento em administração.

### 3. Sobre as Contribuições da Decolonialidade

É possível argumentar que a opção decolonial emerge como um programa ou projeto geopolítico e geoepestêmico formal no início da década de 1990, particularmente a partir da formação do grupo de pesquisa *Modernidade/Colonialidade* que logo em seguida se transformou em *Modernidade/Colonialidade/Descolonialidade*. O grupo de estudos, concebido por intelectuais latino-americanos que viviam nos Estados Unidos, inspirou-se no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, como resposta e contraponto à colonialidade do conhecimento, marcada pelo eurocentrismo nas ciências sociais que se observava no âmbito daquele grupo de estudos subalternos. A crítica ao pós-colonialismo no âmbito acadêmico dos EUA tornou-se uma questão central no processo de constituição formal da opção decolonial por autores latino-americanos, como visto a seguir:

“[...] a decolonização é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo mainstream do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder. Ainda que assuma a influência do pós-colonialismo, o Grupo Modernidade/ Colonialidade recusa o pertencimento e a filiação a essa corrente”. (BALLESTRIN, 2013, p.108).

Dentre as muitas contribuições latentes da opção decolonial, enquanto projeto geopolítico e geoepestêmico, podemos destacar seu potencial suporte ao processo de *desobediência* em relação às muitas colonizações (e colonialidades), dentre as quais destacamos

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

a colonialidade do conhecimento em administração. Nesses termos, compreendemos que ao confrontar a histórica concepção do atual estado das coisas, a opção deve ser progressiva e engajadora (MIGNOLO, 2010; FARIA; ABDALLA, 2014). A opção decolonial não é tratada como verdade absoluta, imposta ou tida como dada, ao contrário, a decolonialidade caracteriza-se por uma *opção*. Por conseguinte, é preciso considerar o engajamento de acadêmicos, praticantes e não acadêmicos – incluindo a crescente multidão de ‘*invisibilizados*’ gerados pela sequência de crises do neoliberalismo global – com a proposta de desafiar e substituir a modernidade eurocêntrica universal pela transmodernidade pluriversal (DUSSEL, 2005; GROSFUGUEL, 2008a; 2012; CRUZ, 2012). A partir disso, é possível buscar engajamento com questões de geopolítica do conhecimento, de maneira a produzir saberes politizados e alinhados aos seus respectivos *loci* de conhecimento, acarretando em benefícios sociais reais para comunidades historicamente desafiadas pela subalternidade e pela colonialidade e intrinsecamente comprometidas com a descolonialidade (ABDALLA, 2014). Esse quadro possibilita desafiar o histórico processo de exploração de territórios pelas hegemônias, norteado pelo projeto de globalização neoliberal neoimperial, usualmente encoberto por discursos que defendem a liberdade de indivíduos e de mercado (HARVEY, 2013). O engajamento com a opção decolonial é particularmente importante para o desenvolvimento de condições de possibilidade para a co-construção de uma ordem mundial multipolar geoepestêmica, que dê voz à crescente multidão de subalternizados, excluídos pelos mecanismos de colonização inaugurados há mais de cinco séculos e ampliados em uma escala global sem precedentes há algumas décadas (FARIA; ABDALLA, 2014).

A partir da ideia de *desobediência epistêmica* enunciada por Walter Mignolo, concordamos que o processo de definir ou conceituar a opção ou o pensamento decolonial enquadre-se na lógica eurocêntrica de *obediência epistêmica*, caracterizada pela produção de teorizações generalistas, universalistas, globais e globalizantes (MIGNOLO, 2008). Dessa maneira, é possível argumentar que a opção decolonial é concebida não apenas por um conceito ou por uma definição, mas principalmente por ação e engajamento. Estes requerem *desobediência* para desafiar a colonialidade do conhecimento imposta há mais de cinco séculos pela modernidade eurocêntrica universalista, em detrimento da transmodernidade pluriversal. Apesar disso, é possível reproduzir a narrativa de Nelson Maldonado-Torres, como forma de elucidar não apenas o propósito geoepestêmico da opção decolonial, mas também seu caráter ontológico. Para o autor, decolonialidade significa “*making visible the invisible and about analyzing the mechanisms that produce such invisibility or distorted visibility in light of a large stock of ideas that must necessarily include the critical reflections of the ‘invisible’ people themselves*” (MALDONADO-TORRES, 2007, p.262). Adicionalmente, Mignolo (2010) argumenta que o desafio maior do projeto decolonial não se limita à descolonização do colonizado, mas também do colonizador, possuidor do poder econômico e de mecanismos e estruturas de autoridade. A assunção dessas condições de assimetria é fundamental para tratar a possibilidade de co-construção de agendas em gestão/administração informadas pela opção decolonial e mais especificamente pela transmodernidade pluriversal, com mais seriedade e proximidade à realidade. Grosfogue (2012, p.340) complementa a importância de assumir o quadro de assimetria geoepestêmica, ao mencionar que:

“*A horizontalidade assume uma falsa igualdade que não contribui em nada para um diálogo produtivo entre o Norte e o Sul do planeta. Devemos começar*



# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

*reconhecendo que vivemos em um mundo onde as relações entre culturas se realizam verticalmente, isto é, entre dominados e dominadores, entre colonizados e colonizadores. Esta verticalidade coloca desafios importantes. Um destes desafios é pensar como os privilégios do Norte, a partir da exploração e dominação da colonialidade global, afetam a comunicação, a interculturalidade e o diálogo com o Sul. Antes de um diálogo é preciso começar reconhecendo as desigualdades de poder e as cumplicidades do Norte em relação à exploração do Sul”.*

Confrontar a ilusória legitimidade outorgada às teorizações em administração/gestão enunciadas no eixo euro-norte-americano não é tarefa trivial, especialmente devido ao avanço acelerado dos processos de globalização das instituições estadunidenses no campo como um dos resultados e geradores dos avanços da descolonialidade em décadas recentes. Entretanto, tal desafio é necessário e urgente, especialmente por acadêmicos e instituições do *Sul Global*. A potencial transição para uma ordem não-ocidentalista, mais obviamente ilustrada pela ascensão das economias classificadas como emergentes, vem sendo acompanhada pela globalização de mecanismos de colonização (DUSSEL, 2005). A opção decolonial demanda diferentes tipos de *desobediência epistêmica* (MIGNOLO, 2008) que fomentem o desafio à manutenção do atual estado das coisas, suportado pelo propósito colonialista de que economias emergentes não sejam capazes de compreender e produzir conhecimento relevante, e ao mesmo tempo não sejam usados como justificativa para o acirramento da colonialidade global. Considerando condições específicas de tais dinâmicas no campo da administração/gestão a *desobediência epistêmica* pode então ajudar a promover a co-construção da transmodernidade pluriversal, em substituição à universalidade Euro-Norte-Americana; ou seja, mecanismos e atos de *desobediência epistêmica* informados por tais cuidados podem ajudar a fomentar transições escalares e locais, com ênfase na América Latina, rumo à descolonialidade (FARIA; ABDALLA, 2014). Os autores defendem que o Brasil, como um dos países classificados como economia emergentes, carrega consigo a responsabilidade e o potencial de assumir a posição de não mais mero consumidor de discursos e teorias globalizantes, mas a posição de um *locus* de conhecimento capaz de empreender a concepção e, conseqüente, a legitimação e exportação dialógica de teorizações importantes via transmodernidade pluriversal, para a construção de um mundo em que diversos mundos e conhecimentos possam coexistir.

É preciso que os mais diversos e plurais campos de administração de nações emergentes se alinhem em prol do desafio à importação acrítica dos *bem sucedidos modelos de gestão [sic]*, historicamente impostos pelos Estados Unidos ao terceiro mundo desde o período da Guerra Fria, sob a forma de educação civilizatória, que objetivava (e ainda objetiva) manter invisibilizadas as ações de dominância geopolítica (ABDALLA, 2014). A problemática imposição geoepistêmica da colonialidade do conhecimento ajudava a camuflar articulações estratégicas que moldavam intensamente os ambientes periféricos (BARLEY, 2010), assegurando o quadro de dominação e a manutenção e legitimação do suposto sucesso empresarial/estatal, tornando *‘verdadeira’* a falaciosa concepção de sucesso empresarial estadunidense, amplamente vendida ao terceiro mundo. No entanto, a autêntica validade do conhecimento produzido no Norte (que invariavelmente se propõe a ser dominante em relação ao Sul) pôde ser posta à prova após a crise financeira de 2008, quando multinacionais detentoras de *infalíveis modelos de gestão*, como a General Motors, tiveram de rescindir o projeto neoliberal e, para não sucumbirem, recorreram aos fundos públicos (CONGLETON, 2009).

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Questões como essa acabam não sendo percebidas pelas mentes *treinadas e educadas* por conhecimentos hegemônicos e colonialistas. É preciso romper com a ideia de que o conhecimento produzido no *Norte* seja melhor que o produzido no *Sul*; e que o *Sul Global* deva atuar exclusivamente como consumidor de saberes. A crise de *Wall Street* demonstrou que o conhecimento produzido no *Norte* parece não funcionar bem nem mesmo para o próprio *Norte*. Como então esse conhecimento acriticamente importado poderia funcionar bem em contextos *outros*? Por essa razão é urgente e necessário que os campos de administração/gestão no Brasil e na América Latina concebam uma agenda de pesquisas e ensino engajada com epistemologias do *Sul*, que permita, por meio da decolonialidade e da transmodernidade, a produção de conhecimentos alinhados às realidades do *Sul*. A opção decolonial e a perspectiva transmoderna mostram-se como alternativas importantes ao quadro de sub-teorização experimentado pelo campo de administração, sobretudo pelo fato de que essas perspectivas podem facilmente serem classificadas como “[...] *um novo paradigma do conhecimento, cujos objetivos de descolonização transcendem meras estratégias epistemológicas da desconstrução*” (GARCÍA, 2011, p.58).

#### 4. Desafios Geopistêmicos e Proposição de uma Agenda em Administração

A histórica imposição da colonialidade epistêmica (MIGNOLO, 2008; 2010; 2011; PORTO-GONÇALVES, 2000; 2008; 2012; HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006; IBARRA-COLADO, 2006; GROSFUGUEL 2008a; 2008b; 2012; WANDERLEY; FARIA, 2012; FARIA; ABDALLA, 2014; ABDALLA, 2014) ajuda a explicar o processo de invisibilização de diversas dimensões de conhecimento em administração (tais como sociais, políticas e geopolíticas), favorecendo a sistemática adoção e legitimação de um conhecimento único e singular no campo. O legado colonialista eurocêntrico assumido pela superpotência norte americana inviabiliza a compreensão do mundo a partir do próprio mundo, e das muitas epistemes locais. O quadro de disfuncionalidade epistêmica favorece a concepção de um processo ilusório e falacioso de construção de conhecimento, já que os saberes originados no *Sul Global* são, em sua maior parte, concebidos sob as lentes do *Norte*.

O violento processo de colonialidade do conhecimento impõe inúmeras dificuldades, limitações e desafios ao campo de conhecimento em administração. Primeiramente é importante destacar que epistemologias e ontologias que desafiem esse processo de sub-teorização, como a opção decolonial e a transmodernidade, embora apresentem engajamento crescente em outros campos de conhecimento como linguística, geografia, antropologia e sociologia, apresentam adoção extremamente restrita e recente em administração. Esse ‘*raro*’ engajamento proporciona claras dificuldades em seu reconhecimento, legitimidade e aceitação pelos pares, normalmente *educados e treinados* com base no conhecimento hegemônico. A exceção pode ser exemplificada por áreas de conhecimento mais fronteiriças e heterodoxas como, por exemplo, as áreas de *estudos organizacionais*, e *relações internacionais*. Felizmente diversas vozes da América Latina vêm sendo propagadas (e ecoadas) no intuito de subverterem essa ordem, no entanto, mantendo-se à margem do conhecimento dominante, sendo mais correlatas aos estudos críticos em gestão (e.g. IBARRA-COLADO, 2006; FARIA; IBARRA-

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

COLADO; GUEDES, 2010; ALCADIPANI et al. 2012; WANDERLEY; FARIA, 2012; FARIA; ABDALLA, 2014; ABDALLA, 2014).

Por outro lado, as chamadas áreas funcionais da administração, normalmente mais ortodoxas, parecem se distanciar cada vez mais de perspectivas epistêmicas fronteiriças como a opção decolonial e a transmodernidade. Essa realidade agrava significativamente o já exposto quadro de sub-teorização, primeiramente, num extremo do problema, pela sistemática reprodução de conhecimentos acriticamente importados; e no outro extremo, pela (re)produção de conhecimentos doutrinados pela perspectiva colonialista do *Norte Global*.

No primeiro caso, é possível destacar o papel da educação em administração como problema central. A comodidade na adoção de *manuals de administração* favorece o consumo de conhecimentos do tipo *'fast-food'*, em que se obtêm rapidamente as *'ferramentas'* corretas para cada tipo de *'problema estratégico'* [sic]. A postura de *'professor papagaio'*, que reproduz, sem nenhum tipo de crítica, os *manuals de administração*, alimenta o círculo vicioso da colonialidade do conhecimento, por meio da manutenção e do aprisionamento desse tipo único de saber, desconexo das múltiplas realidades periféricas, não sendo suficiente para propiciar nenhum benefício à sociedade, à exceção das elites centrais, que seguem ampliando suas riquezas, à custa do aumento da desigualdade social entre nações. Esse panorama de educação civilizatória pode ser exemplificado pelo processo de *hipercompetição*, presente no projeto de globalização neoliberal, que permite intenso barateamento dos bens de tecnologia, à custa principalmente do trabalho asiático subvalorizado, numa espécie de novo imperialismo (HARVEY, 2013).

Na outra ponta do problema, situa-se o processo de (re)produção de conhecimentos. A intensa importação/replicação acrítica de modelos e teorias favorece a reprodução da lógica dominante, desconexa dos muitos contextos do *Sul Global*. Como os estudos decoloniais são relativamente recentes e ainda encontram-se num estágio de debate teórico, sobretudo em outros campos de conhecimento, que não a administração/gestão, pesquisas com aplicações empíricas são virtualmente inexistentes. Em outras palavras, o cabedal de conhecimento epistemológico (ainda mínimo em administração) não dialoga com metodologias que possibilitem seu desenvolvimento empírico, vez que a quase totalidade das metodologias empregadas no campo também são acriticamente importadas. Esse quadro sugere três caminhos metodológicos possíveis: (i) desenvolvimento de alternativas metodológicas descolonizadas; (ii) estabelecimento de anarquismo metodológico; (iii) manutenção da subordinação epistêmico-metodológica. Naturalmente as duas últimas alternativas não são desejáveis ao avanço dos estudos decoloniais.

A partir do debate e da problematização geoepistêmica, distante do propósito de sermos prescritivos, sugerimos alguns aspectos a serem considerados no processo de co-construção de uma agenda de pesquisas e ensino que vise a alavancar investigações engajadas com a opção decolonial como alternativa ao quadro de disfuncionalidade epistêmica descrito.

a) Promoção de pesquisas, debates e eventos que fomentem o reconhecimento da subalternidade brasileira e latino-americana, no que se refere ao quadro de construção de conhecimentos em administração, e o consequente desafio à importação acrítica de conhecimentos no campo.

b) A partir do reconhecimento do quadro de disfuncionalidade geoepistêmica, buscar a promoção de pesquisas, debates e eventos que estimulem um repensar frente ao conhecimento *universal*, empregado como verdade no campo da administração, e a subsequente produção de

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

conhecimentos descolonizados, transmoderno e pluriversais nas mais diversas áreas de atuação, em especial, nas chamadas áreas funcionais.

c) Promoção da busca pelo desenvolvimento de alternativas metodológicas mais alinhadas e próximas às múltiplas realidades, contextos, problemas e epistemologias do *Sul Global*, permitindo assim, maior proximidade entre academia, praticantes, sociedade e o campo de atuação da gestão/administração.

d) Promoção da aproximação de pesquisadores de economias emergentes, que vivenciam realidades próximas e similares, fortalecendo a identidade acadêmica latino-americana, que estimule a co-construção de conhecimentos pluriversais, capazes de desafiar a lógica dominante e fomentar um quadro de coexistência entre os muitos conhecimentos globais.

e) Estímulo ao legítimo reconhecimento das necessidades e demandas advindas dos muitos atores envolvidos na condução de processos empresariais, modificando o exclusivo enfoque nas cúpulas empresariais.

f) Difusão dos resultados das pesquisas descolonizadas no ensino em administração, em níveis de graduação e pós graduação, promovendo, por meio do desafio ao *solidificado* conhecimento hegemônico, um gradual processo de libertação geopistêmica.

## 5. Considerações Finais

Esse trabalho mostrou, por meio da problematização da disfuncionalidade geopistêmica do campo da administração/gestão e dos processos e mecanismos de descolonização que tanto podem promover a atenuação quanto o acirramento de mecanismos e estruturas de colonialidade global, a necessidade e urgência do engajamento com epistemologias alternativas que desafiem a colonialidade do conhecimento e o atual quadro de acirramento e expansão das desigualdades e assimetrias em escala global. A partir disso, sugerimos algumas guias para a proposição de uma agenda de pesquisas e ensino que tenha por finalidade, promover e alavancar conhecimentos e práticas que engajem com a opção decolonial e com a transmodernidade pluriversal, como alternativas à adoção e replicação acrítica de conhecimento importados do (e impostos pelo) *Norte Global*. Na esperança de que a agenda não promova o mesmo equívoco que aqui criticamos, reforçamos a necessidade de dialogar criticamente com conhecimentos hegemônicos e repudiamos o nacionalismo exacerbado, que reproduz a lógica eurocêntrica de dominação. É preciso promover mais respeito à multiplicidade de conhecimentos, por meio do pensamento fronteiro, de modo que se permita a coexistência, tal qual pressupõe a transmodernidade de Dussel. Para isso, é preciso descolonizar não apenas o colonizado, mas também o colonizador (MIGNOLO, 2010) e, além disso, zelar para que o colonizado não passe a colonizador.

Ao promover a concepção de uma agenda de pesquisas e ensino em administração/gestão, esperamos contribuir com o processo de formação de identidade acadêmica e autoral do Brasil e da América Latina, sobretudo pela construção de conhecimentos mais alinhados a essas respectivas realidades. Esperamos também com isso, estimular a produção de conhecimentos a partir de economias emergentes e, com isso, buscar a legitimação desses saberes, evitando que acadêmicos e praticantes dessas nações tenham de recorrer única e exclusivamente aos conhecimentos colonialistas originados no *Norte Global*. Contestar a lógica dominante de que economias emergentes devam figurar tão somente como

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

consumidoras de discursos é condição *sine qua non* para a promoção de um quadro transmoderno de pluriversalidade, em contraposição à universalidade Euro-Norte-Americana.

Acreditamos que, por meio de uma agenda que prestigie a decolonialidade, a transmodernidade e o pensamento fronteiro, possa haver uma significativa melhoria nos processos educacionais em administração, especialmente pela possibilidade de promover conhecimentos mais alinhados à realidade local. Também é relevante destacar a oportunidade de se discutir e refletir sobre conhecimentos verdadeiramente engajados com a promoção do bem estar dos mais diversos atores, em contraposição ao conhecimento incumbido de camuflar os propósitos de dominação, historicamente presentes no campo de administração, desde os primórdios do ensino de *management*, no período da Guerra Fria.

Uma agenda verdadeiramente engajada com a concepção de saberes, preocupada com a resolução de problemas reais, certamente propiciará benefícios sociais, sobretudo às sociedades periféricas, localizadas em economias emergentes. O comprometimento e a responsabilidade de acadêmicos e praticantes da administração não exclusivamente com os interesses das cúpulas empresariais favoreceriam o enfrentamento do projeto neoliberal de globalização, também responsável pela imposição colonialista e universalista de conhecimentos em economias emergentes, que vem amplificando sobremaneira as assimetrias sociais. Em linhas gerais, esperamos com a proposição dessa agenda, não apenas contribuir com o processo de construção de conhecimento descolonizado, mas especialmente, promover um engajamento geopolítico de acadêmicos, praticantes, sociedade e invisibilizados em geral, com a subversão da ordem dominante. Por essa razão, acreditamos na utilidade desse trabalho não apenas para acadêmicos, mas para todos os atores anteriormente apontados, sejam brasileiros, de economias emergentes, e também pertencentes ao eixo euro-norte-americano, especialmente ambicionando promover o processo de descolonização do colonizador.

## 6. Referências

ABDALLA, M. M. **Repensando o duplo movimento polanyiano a partir do desenvolvimento de estratégias sociais: um olhar sobre o setor de energia nucleoeletrica à luz da opção decolonial**. Tese de Doutorado. Doutorado em Administração. Fundação Getúlio Vargas (FGV-EBAPE), 305 f. 2014.

ABDALLA, M. M.; BRITO, P. N. Reflexões sobre o (Pseudo) Antipositivismo na Administração. In: VII Iberoamerican Academy of Management Meeting, 7, **Anais...** Lima: 7th Iberoamerican Academy of Management Meeting, 2011.

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra Fria e Ensino do Management no Brasil: o Caso da FGV-EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v.52, n.3, pp.284-299, 2012.

ALCADIPANI, R.; KHAN, F. R.; GANTMAN, E.; NKOMO, S. Southern Voices in Management and Organization Knowledge. **Organization**, v.19, n.2, pp.131-143, 2012.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Trad. Vera Ribeiro. 8ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012 (1944).

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, pp.89–117, 2013.

BARLEY, S. R. Building an Institutional Field to Corral a Government: A Case to Set an Agenda for Organization Studies. **Organization Studies**, v.31, n.6, pp.777–805, 2010. doi:10.1177/0170840610372572.

BRAGATO, F. F.; CASTILHO, N. M. O Pensamento Descolonial em Enrique Dussel e a Crítica do Paradigma Eurocêntrico dos Direitos Humanos. **Revista Direitos Culturais**, v.7, n.13, pp.1-13, 2012.

BUELENS, M.; WOESTYNE, M. V. D.; MESTDAGH, S.; BOUCKENOOGHE, D. Methodological Issues in Negotiation Research: A State-of-the-Art-Review. **Group Decision and Negotiation**, v.17, n.4, pp.321-345, 2008.

CANDLER, G. G.; AZEVÊDO, A.; ALBERNAZ, R. O. Towards Global Scholarship in public Affairs. **Public Administration**, v.88, n.3, pp.836–850, 2010.

CONGLETON, R. On the political economy of the financial crisis and bailout of 2008-2009. **Public Choice**. v.140, pp.287-317, 2009.

COSTA, M. C. C. **Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade**. São Paulo, Moderna, 2005.

CRUZ, N. DA C. Transmodernidade e literatura: (re) descobrindo alteridades, pp. 177-184. In.: OLIVEIRA, I. A. DE; ARAÚJO, M. D.; CAETANO, V. N. DA S. (Orgs.). **Epistemologia e Educação: reflexões sobre temas educacionais**. Belém:PPGED-UEPA, 2012. Disponível em: <<http://paginas.uepa.br/mestradoeducacao/Downloads/Ebook/LIVRO%20EPISTEMOLOGIA%20E%20EDUCAO%20PDF%202.pdf>>. Acesso em 30 out 2013.

DALMORO, M; CORSO, K. B.; FALLER, L. P.; WITTMANN, M. L. Dominância Epistemológica em Estudos do Campo: São Ainda os Administradores Positivistas? In. XXXI Encontro da AnPAD (EnANPAD), 31. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ, 2007.

DOMINGUES, J. M. **Interpretando a Modernidade: imaginário e instituições**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DUSSEL, E. **Filosofia da Libertação: Crítica à Ideologia da Exclusão**. 3ª Ed. São Paulo: Paulos, 2005.

EVANS, P. Development as Institutional Change: The Pitfalls of Monocropping and the Potentials of Deliberation. **Studies in Comparative International Development**, v.38, n.4, pp.30-52, 2004.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

FARIA, A.; ABDALLA, M. M. Engajando com o Lado Mais Sombrio do Mercado e da Gestão. In: XXXVIII Encontro da ANPAD – EnANPAD, 38. **Anais ...** Rio de Janeiro: ANPAD, CD ROM, 2014.

FARIA, A.; IBARRA-COLADO, E.; GUEDES, A. L. Internationalization of Management, Neoliberalism and the Latin America Challenge. **Critical Perspectives on International Business**, [S.l.], v.6, n.2/3, pp.97-115, 2010.

FLIGSTEIN, N. **The Architecture of Markets: An economic Sociology of Twenty-First-Century Capitalist Societies**. New Jersey, NJ: Princeton University Press, 2001.

GARCÍA, A. P. P. El proyecto des-colonial en Enrique Dussel y Walter Mignolo: hacia una epistemología otra de las Ciencias Sociales en América Latina. **Cultura y Representaciones Sociales**. v.5, n.10, pp.57-81, 2011.

GIANNOTTI, J. A. **Auguste Comte: vida e obra**. In: Hélio Trindade. (Org.). O positivismo: teoria e prática - Sesquicentenário da morte de Augusto Comte. 1a. ed. Porto Alegre, Editora UFRGS/Unesco, pp.19-30, 2007.

GIDDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria Social: Encontros com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo**. São Paulo, UNESP, 1998.

GRIMMER, M.; HANSON, D. The Mix of Qualitative and Quantitative Research in Major Marketing Journals, 1993-2002. **European Journal of Marketing**, v.41, n.1/2, pp. 58-70, 2007.

GROSGOUEL, R. Hacia un Pluri-Versalismo Transmoderno Decolonial. **Tabula Rasa**, n.9, pp.199-215, Bogotá-Colômbia, 2008a.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.80, pp.115-147, 2008b.

GROSGOUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, v.2, n.2, Dossiê Saberes Subalternos, pp.337-362, 2012.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. 2ª reimpressão. Coleção Paradidáticos – Série Poder. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. Trad. SOBRAL, A.; GONÇALVES, M. S. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HUNTINGTON, S. The Lonely Superpower. **Foreign Affairs**. v.2, n.78, pp.35-49, 1999.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

IBARRA-COLADO, E. Organization Studies and Epistemic Coloniality in Latin America: Thinking Otherness from the Margins. **Organization**, v.13, n.4, pp.463-488, 2006.

JACK, G.; ZHU, Y.; BARNEY, J.; BRANNEN, M.; PRICHARD, C.; SINGH, K.; WHETTEN, D. Refining, Reinforcing and Reimagining Universal and Indigenous Theory Development in International Management. **Journal of Management Inquiry**. v.21, n.4, pp.1-17, 2012.

MALDONADO-TORRES, N. On the Coloniality of Being: contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, v.21, n.2-3, pp.240-270, 2007. DOI: 10.1080/09502380601162548.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: A Opção Descolonial e o Significado de Identidade em Política. **Cadernos de Letras da UFF**, Literatura, língua e identidade, n.34, pp.287-324, 2008.

MIGNOLO, W. D. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

MIGNOLO, W. D. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. London: Duke University Press, 2011.

MIGNOLO, W. D. Spirit out of bounds returns to the East: The closing of the social sciences and the opening of independent thoughts. **Current Sociology**, v.62, n.4, pp.584-602, 2014. DOI:10.1177/0011392114524513.

MURPHY, J.; ZHU, J. Neo-colonialism in the academy? Anglo-American domination in management journals. **Organization**. v.19, n.6, pp.915-927, 2012.

OLIVEIRA, B. R. B. DE; COSTA, C. S. R.; KOVACS, E. P. Lentes Epistemológicas e Metodológicas nas Pesquisas Brasileiras em Administração Estratégica: características e pressupostos norteadores. In. V Encontro de Estudos em Estratégia da AnPAD (3Es), 5. **Anais...** Porto Alegre/RS, 2011.

OLIVEIRA, A.; ERAS, L. W. Por um ensino de sociologia descolonizado. **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**, v.1, n.1, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In.: LANDER, E. (Org.). **La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso/Unesco, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Outra Verdade Inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. **Universitas Humanística**. n.66, pp.327-365, Bogotá, Colombia, 2008.



# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 3ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

QUIJANO, A. América Latina en la economía mundial. **Problemas del desarrollo**. v.24, n.95, 1993.

SANTOS, B. de S. Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro. **Conferência de abertura ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Recuperado em 10 de julho, 2011, de [http://www.ces.fe.uc.pt/misc/Do\\_pos-moderno\\_ao\\_pos-colonial.pdf](http://www.ces.fe.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf), Coimbra, Portugal, 2004.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SEGRERA, F. L. Abrir, “impensar” e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe: É possível uma ciência social não eurocêntrica em nossa região? In.: LANDER, E. (Org.). **La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso/Unesco, 2000.

SOUZA, J. J. V. de. Emancipação/Libertação e o Movimento Social do Brasil Contemporâneo a Partir da Teoria Crítica Decolonial. In.: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades Niterói/RJ. **Anais...** Niterói: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 2012.

WANDERLEY, S.; FARIA, A. The Chandler-Furtado case: a de-colonial re-framing of a North/South (dis)encounter. **Management & Organizational History**, v.7, n.3, pp.219-236, 2012.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)